

Centro Universitário Senac
Silmara Helena Pereira de Paula

Reflexões sobre a importância da formação acadêmica sobre Comunicação Pública Governamental em cursos de Jornalismo

São Paulo

2015

Silmara Helena Pereira de Paula

Reflexões sobre a importância da formação acadêmica sobre Comunicação Pública Governamental em cursos de Jornalismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Senac – Campus Santo Amaro, como exigência parcial para obtenção de grau de especialista em Docência no Ensino Superior.

Orientador: Prof. Ms Rodrigo Terplak

São Paulo

2015

Paula, Silmara Helena Pereira de

P324r

Reflexões sobre a importância da formação acadêmica sobre
Comunicação Pública Governamental em cursos de Jornalismo
Silmara Helena Pereira de Paula – São Paulo, 2015
32 f.

Mediador: Terplak, Rodrigo Prof.Ms

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Docência no Ensino
Superior) – Centro Universitário Senac, São Paulo, 2015

1. Comunicação Pública. 2. Comunicação Governamental 3. Jornalismo
4. Direito à Comunicação I. Paula, Silmara Helena P. de Paula; Terplak, Rodrigo
(Mediad).

CDD070

|

Silmara Helena Pereira de Paula

Reflexões sobre a importância da formação acadêmica sobre Comunicação Pública Governamental em cursos de Jornalismo

Trabalho de conclusão de curso apresentado no Centro Universitário Senac – Santo Amaro/SP, como exigência parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência no Ensino Superior.

Orientador Professor: Ms. Rodrigo Terplak

A banca examinadora dos Trabalhos de Conclusão, em sessão pública realizada em ____/____/____, considerou a candidata:

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

Presidente

A Deus, acima de tudo, aos meus pais, a meu
marido, Nelson e a meus filhos, Nelsinho e
Gabriela

AGRADECIMENTOS

A Deus

A meus pais

Aos meus professores

Aos meus colegas de profissão

Não há homem imprescindível; há causa imprescindível.
Sem a força coletiva, não somos nada.

José Mujica

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se propõe a refletir sobre a importância da inclusão do tema Comunicação Pública Governamental como disciplina nos cursos de graduação na área de Jornalismo considerando a existência de uma lacuna no processo de aprendizado dos discentes neste nível.

Apresenta, a partir desse objetivo, um plano de ensino estruturado para ser incorporado à grade curricular das faculdades de forma a suscitar o debate acadêmico sobre o assunto, propiciando conhecimento, estudo e pesquisa, além de melhor qualificação profissional.

Utiliza como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica e agrega à abordagem dialética a opinião de professores, especialistas, profissionais e autores por meio da aplicação de questionários e/ou realização de entrevistas semiestruturadas.

O projeto de pesquisa não esgota a análise do problema mas aponta para a necessidade de um olhar mais atento para as faculdades de Jornalismo na perspectiva de propiciar a adesão a propostas de ensino mais ousadas e alinhadas às novas exigências da sociedade da informação como apontam as Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de Jornalismo, elaboradas em 2009.

Por fim conclui que o ensino da Comunicação Pública Governamental deve integrar a pauta de debate sobre o Jornalismo do século 21 considerando, entre outros fatores, a função social preponderante que as instituições públicas têm no fortalecimento da cidadania e na garantia do direito à informação.

Palavras-chave: 1. Comunicação Pública. 2. Comunicação Governamental. 3. Jornalismo. 4. Direito à Comunicação

ABSTRACT

This Work of conclusion of course (CBT) aims to reflect on the importance of including the theme Public Governmental Communication as a discipline in the undergraduate courses in the area of Journalism considering the existence of a gap in the learning process of the students at this level.

Features from that goal, a curriculum structured to be incorporated into the curriculum of colleges in order to raise the academic debate on the subject, providing knowledge, study and research, in addition to better professional qualification.

Used as methodological strategy the literature search and adds to the dialectical approach to the opinion of teachers, experts, practitioners and authors through the application of questionnaires and/or semi-structured interviews.

The research project does not exhaust the problem analysis but points to the need for a closer look to the faculties of Journalism in order to encourage adherence to proposed drawn up in 2009.

Finally concludes that the teaching of public communication of Government must integrate the agenda of debate on the 21-century Journalism considering, among other factors, the preponderant social role which public institutions have in strengthening citizenship and guarantee the right to information.

Keywords: : 1. Public communication. 2. Governamental Communication. .4. Journalism. 4. Right to communication

SUMÁRIO

1.Introdução.....	11
2.Capítulo I- Comunicação Pública Governamental.....	13
3.Capítulo II- A agenda do Jornalismo do Século XXI.....	15
3.1 A formação jornalística.....	15
3.2 A inserção da Comunicação Pública Governamental no currículo das faculdades brasileiras	16
4.Capítulo III- Comunicação Pública, Jornalismo e Cidadania.....	19
5.Capítulo IV- Comunicação Pública e Mercado de Trabalho.....	22
6. Referencial teórico.....	24
7.Considerações Finais.....	26
8.Referências.....	27
9. ANEXO 1 – Plano de Trabalho Docente.....	29
10. ANEXO 2 – Questionário aplicado.....	32

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se propõe a refletir sobre a importância da inclusão do tema Comunicação Pública Governamental como disciplina nos

cursos de graduação na área de Jornalismo considerando existir uma lacuna no processo de aprendizado dos discentes neste nível.

Apresenta, a partir deste objetivo, um plano de ensino estruturado em condições de ser incorporado à proposta pedagógica das faculdades a fim de estimular o debate acadêmico e possibilitar, além de aprendizado, estudo e pesquisa, um entendimento mais amplo e científico sobre o conceito.

Dessa forma, também pretende qualificar a atuação profissional dos jornalistas no setor público visando uma mudança de postura e atitude que possibilite às ações de comunicação espelhar a necessidade de fortalecimento da cidadania, da democracia e da transparência nas relações entre Estado e sociedade.

O plano de ensino elaborado com esta perspectiva abarca uma proposta político-pedagógica que também reivindica a transformação social e do papel exercido pelos comunicadores nas instituições públicas governamentais.

A primeira etapa para elaboração deste projeto consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica destinada à seleção das obras e à leitura dos autores considerados referência neste tema. Entre eles, encontram-se o francês Pierre Zémor, os professores Bernardo Kucinski e Heloiza Matos e o jornalista Jorge Duarte.

A revisão literária possibilitou a contextualização e a delimitação do tema. Considerando que, como afirma ¹Brandão (2009, p.1) “a expressão Comunicação Pública (CP) vem sendo usada com múltiplos significados, frequentemente, conflitantes, dependendo do país, do autor e do contexto em que é utilizada”, a Comunicação Pública aqui abordada é identificada como comunicação de Estado e/ou governamental devido a sua importância, impacto e crescente campo de trabalho para os jornalistas.

No capítulo inicial serão apresentados os aspectos conceituais e históricos da Comunicação Pública Governamental e os objetivos, discutidos entre os autores, aos quais ela deve atender. Além disso, enfocará a sua utilização como forma de democratização da informação e da garantia do direito à comunicação, conforme salienta Kucinski:

“Os autores que associam a comunicação pública a um padrão de Estado enfatizam dois atributos desse Estado ideal: o Estado que atende a todos os requisitos modernos do direito de informar e de ser informado, e que, além disso, instaura políticas públicas voltadas à democratização da informação, estimulando o pluralismo e coibindo o domínio “mercado da informação” por monopólios privados que produzem e vendem informação como mercadoria”. (²KUCINSKI,2009, p. xii).

¹ BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: **DUARTE**, Jorge (ORG). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo, Atlas, 2009.

² KUCINSKI, Bernardo. Apresentação. In: **DUARTE**, Jorge (ORG). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo, Atlas, 2009.

Em seguida o texto abordará a formação do jornalista considerando os princípios orientadores dispostos em dois documentos: as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de Jornalismo e o Modelo Curricular da Unesco para o curso de Jornalismo elaborados nos anos de 2009 e 2010, respectivamente.

A abordagem enfatiza as mudanças impostas pelas novas tecnologias ao Jornalismo e as novas configurações exigidas das empresas de comunicação para atendimento das demandas de interatividade, entre outras, presentes na sociedade.

Destaca ainda o que se espera do profissional de jornalismo e como a Comunicação Pública Governamental se insere nesta condição. “Do Jornalismo que hoje está nas expectativas da Sociedade [...] Exige-se também o manejo competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público, para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes e responsáveis.” (32009, pág.6).

Nesta etapa também apresenta o conteúdo da grade curricular para o curso de Jornalismo em cinco faculdades brasileiras distribuídas pelas regiões do País indicando avanços ainda que tímidos na abordagem da Comunicação Pública.

O terceiro capítulo enfoca o arcabouço legal que determina e aponta o espaço a ser ocupado pela Comunicação Pública no sistema de Comunicação do País.

O quarto capítulo apresenta as perspectivas do mercado na área de Comunicação Pública Governamental. Parte de um levantamento feito pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) com o tema “Quem é o jornalista brasileiro?. A enquete aponta que ¼ dos profissionais que atuam fora da mídia estão inseridos no serviço público, 1/3 em empresas ou órgãos públicos e 68,3% são contratados para trabalhar em assessorias de imprensa ou comunicação.

Juntam-se a este documento, entrevistas realizadas com especialistas em Comunicação sobre como avaliam a formação do jornalista em relação à atuação no setor público e um questionário feito com profissionais que trabalham no setor público.

2.Capítulo I – Comunicação Pública Governamental: origem, princípios e conceito

As mudanças tecnológicas principalmente advindas da expansão da Internet e das exigências da sociedade por uma participação mais ativa nos processos de decisão estão afetando diretamente o trabalho do jornalista, não apenas nas redações, mas também nas assessorias de comunicação das instituições públicas.

³ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009)

As ações publicitárias que historicamente basearam a atuação dos profissionais na Comunicação Pública Governamental no Brasil (⁴BRANDÃO 2009, p.10) não são mais suficientes para atender as demandas do cidadão, ávido por informação e interação.

As próprias instituições governamentais demonstram maior preocupação em relacionar-se com os cidadãos e para isso utilizam-se das mais diversas estratégias de comunicação. “[...] é a partir do governo Lula que o conceito de comunicação pública com o sentido de informação para a cidadania começa a ser citado com frequência e ganha status”, relata Brandão (⁵2009, p.11). Foi neste período, segundo a autora, que os técnicos do governo apresentaram propostas de criação da função de Gestor da Comunicação Pública e a elaboração de um documento no qual constaria a Política Nacional de Comunicação.

Entre os movimentos sociais, a pressão pela constituição de um novo Marco Regulatório para a Comunicação no Brasil também começa a ganhar fôlego, culminando com a Conferência Nacional de Comunicação realizada em 2009, e a exigir do Poder Público uma nova postura.

Na prática, no entanto, a falta de formação do jornalista dentro de uma perspectiva de cidadania para o exercício da comunicação pública dificulta a mudança de postura e a elaboração de planos de comunicação mais preocupados em informar, formar e estimular a participação da sociedade nos processos comunicativos das instituições de governo. Por isso, os modelos de assessorias de comunicação presentes no setor público ainda focam muito de suas ações em atividades publicitárias ou de produção de conteúdo para a imprensa.

Mesmo com o advento das redes sociais falta a esta comunicação a interatividade e a participação mais efetiva do cidadão em sua produção.

⁶Pierre Zémor salienta em seu livro *La Communication Publique* (1995, Paris) que “as finalidades da Comunicação Pública não devem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas” [...] sendo estas: informar, ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; contribuir para assegurar a relação social e acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social.

Autores brasileiros reconhecem a dificuldade de separar Comunicação Pública de Comunicação Pública Governamental. Kucinski no texto de apresentação do livro *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público* cita acadêmicos para salientar que a comunicação pública “não é um conceito, portanto não tem sentido unívoco e contorno claro”; “é um conceito em construção”, mas que

⁴ BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In:DUARTE, Jorge (ORG). *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. São Paulo, Atlas, 2009.

⁵ Ibid. p.11

⁶ ZÉMOR, Pierre. *La communication publique*. Paris, PUF, 1995. Tradução resumida do livro Prof^a Dra. Elizabeth Brandão

surgiu com o objetivo de “designar uma situação ideal e genérica de transparência total dos negócios de Estado e de empresas privadas, e do exercício pleno do direito do cidadão de se informar e ser informado sobretudo o que for de interesse público.” No texto de Elizabeth Pazito Brandão, intitulado *Conceito de Comunicação Pública* (BRANDÃO, 2009, p. 5), no qual ela especifica os vários sentidos da Comunicação Pública, ela afirma que

“A comunicação pública governamental é entendida como comunicação pública, na medida em que é um instrumento de construção da agenda pública” [...] estímulo para engajamento da população nas políticas públicas adotadas [...] provoca o debate público.” (BRANDÃO, 2009, p.5)

O conceito de comunicação pública vem sendo discutido no Brasil desde a década de 70 e desde 80, como esclarece Brandão, utilizando análise de Daniel Herz “entendida como comunicação estatal, própria do Estado, como uma forma de distingui-la da comunicação realizada pelo setor privado.”

No entanto, o que salienta os diversos acadêmicos e estudiosos do tema é que a Comunicação Pública desenvolvida pelos profissionais nas instituições deve superar os objetivos institucionais e publicitários e realmente envolver todos os agentes sociais em uma arena de debate e reflexão da realidade.

É preciso que se institua a partir dos governos uma comunicação dialógica, que permita a participação efetiva do cidadão.

Nesta linha, ⁸Matos (2009, pág. 52) aponta que “a comunicação pública exige a participação da sociedade de seus segmentos. Não apenas como receptores da comunicação do governo e de seus poderes, mas também como produtores ativos do processo.” E a acadêmica complementa: “Um cidadão que não acredita ter direito a se expressar, que não valoriza o que tem a dizer e que se sente incapaz de comunicar isso adequadamente aos outros dificilmente terá condições de integrar a rede social de comunicação pública.”

3.Capítulo II – A agenda do jornalismo do século XXI

3.1 A formação jornalística

Está presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo a análise da Comissão nomeada pelo Ministério da Educação em 2009 com o objetivo de rever os princípios orientadores para formação profissional e os apontamentos

⁷ BRANDÃO, Elizabeth Pazito. *Conceito de Comunicação Pública*. In:DUARTE, Jorge (ORG).

Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo, Atlas, 2009.

⁸ MATOS, Heloiza. *Comunicação Pública, esfera pública e capital social*. In:DUARTE, Jorge (ORG). *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. São Paulo, Atlas, 2009

sobre os desafios impostos aos comunicadores, especialmente, aos jornalistas na atualidade.

O relatório dos especialistas reconhece que o avanço das redes sociais e o surgimento de atores sociais com capacidade de interagir e de divulgar e comentar fatos influenciaram diretamente no trabalho dos meios de comunicação tradicionais, exigindo uma nova forma de atuação.

Há algumas décadas, somente era noticiado aquilo que fosse intermediado pelo jornalista. ⁹“[...]Só acontecia o que fosse noticiado pelo jornalista e por sua decisão” E os especialistas continuam:

“Não é demais acentuar que a nova fisionomia da atualidade coloca ao Jornalismo problemas novos e inesperados. Talvez o mais complexo e desafiador, resida nos novos papéis que o mundo globalizado e informacional atribui ao Jornalismo, em geral, e às redações convencionais, em particular.”
(DIRETRIZES CURRICULARES. p.5)

Ou seja, a “crise” por que passa o Jornalismo exige reflexão sobre as práticas, os novos agentes e a maneira de atuar, não apenas nas redações, mas também nas assessorias de comunicação, inclusive, das instituições públicas. Nesta nova forma de relação comunicacional, o jornalista não tem mais a prerrogativa exclusiva de divulgar as notícias, mas tem a função de interpretar e analisar os fatos a fim de fortalecer os princípios da cidadania.

Nesta perspectiva, os especialistas apontam critérios para auxiliar na construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos nos quais destacam-se, entre outros:

- a) Estar focado teórica e tecnicamente na especificidade do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do seu exercício e o interesse público;
- b) Incluir na formação as rotinas de trabalho do jornalista **em assessoria a instituições de todos os tipos; (grifo nosso)**
- c) Pensar a graduação como uma etapa de formação profissional continuada e permanente.

No que se refere à Comunicação Pública Governamental, as Diretrizes salientam como competências específicas desejáveis nos profissionais a de “Discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, **estatais,(grifo nosso)** públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é

⁹ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009)

exercido, assim como as influências do contexto neste exercício.”¹⁰DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO, p. 18)

No Modelo Curricular proposto pela Unesco para o ensino do Jornalismo, em 2005, é apresentada uma série de disciplinas e competências que podem ser incorporadas aos cursos de Jornalismo. O texto ressalta a importância de formar um profissional com conhecimento amplo e neste aspecto afirma:

“O ensino do jornalismo deve garantir aos estudantes a aquisição de conhecimentos gerais amplos, bem como conhecimento especializado em um campo que seja importante para o jornalismo. Deve assegurar igualmente que os alunos desenvolvam – ou que tenham como pré- requisito – a habilidade linguística necessária para o trabalho jornalístico, incluindo, onde se fizer necessário, a habilidade de trabalhar com línguas indígenas ou vernáculos locais. O ensino de jornalismo deve preparar os estudantes para se adaptarem ao desenvolvimento tecnológico e a outras mudanças nos meios de comunicação” (¹¹UNESCO, p. 6 e 7).

3.2 A inserção da Comunicação Pública Governamental no currículo das faculdades brasileiras

Como já explicitado na introdução deste trabalho, a proposta desta pesquisa é refletir sobre a abordagem do tema Comunicação Pública Governamental nos currículos das faculdades de Jornalismo. Parte do problema de que este tema é

¹⁰ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009)

¹¹ UNESCO. Model Curricula for Journalism Education. Paris: UNESCO, 2007.

ignorado nos cursos ou tratado como disciplina secundária, sem a relevância que a área, nos últimos anos, vem alcançando no mercado e também na sociedade, enquanto serviço público.

Uma das formas de avaliar se esta percepção tinha fundamento foi verificar nos sites de algumas das principais faculdades brasileiras como este assunto estava inserido na grade curricular do curso de Jornalismo, disponível para consulta.

Foram pesquisadas as páginas oficiais de cinco universidades brasileiras - Universidade de Brasília (UNB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em apenas duas delas – UFRGS e UFPE- há disciplinas que aproximam os alunos do estudo da Comunicação Pública, ainda que não tenham essa denominação.

No caso do Rio Grande do Sul, os estudantes têm a disciplina Comunicação e Cidadania como obrigatória no currículo mas, de acordo com a professora ¹²Ilza Girardi, representante do curso de Jornalismo na Comissão de Graduação na UFRGS, não trata diretamente da Comunicação Pública.

A Comunicação Pública integra o conteúdo da disciplina Fundamentos de Rádio e TV, que também trata de rádios e TV's públicas. “Nas disciplinas de Teoria do Jornalismo 1 e Ética e Jornalismo tratamos do interesse público como valor fundante do jornalismo e da responsabilidade social do jornalista no trato com a informação pública. E a gente tem também, nas eletivas, a disciplina de Assessoria de Comunicação, que trata das organizações públicas. Temos também a disciplina Comunicação e Política e mais a Assessoria de Comunicação (esta eletiva) que trata das organizações públicas”, explicou.

Já em Pernambuco, a disciplina mais relacionada à Comunicação Pública Governamental é a de Assessoria de Comunicação, de caráter eletivo e que tem como proposta de aprendizado a “Estrutura e o funcionamento das Assessorias de Comunicação: Papel, objetivos e formas de atuação. Assessorias de Entidades Públicas, privadas e organizações não governamentais. A questão ética e as relações com os meios de comunicação de massa”.

Nas outras três faculdades, não foi possível identificar a disciplina e nem mesmo relacionar o estudo de seu conteúdo a nenhuma das que estão inseridas na grade curricular.

Neste caso a pesquisa exigiria um aprofundamento a fim de identificar com mais precisão como a Comunicação Pública Governamental é apresentada aos alunos e inserida na proposta pedagógica. Portanto, ela não estar explicitamente presente e “visível” para quem busca conhecer o conteúdo dos cursos de Jornalismo, não significa necessariamente que seu ensino seja ignorado. No entanto, pode indicar um certo distanciamento da academia com o tema como, segundo Jorge Duarte, ocorreu há algumas décadas com o ensino sobre Assessoria de Imprensa.

¹² Ilza Girardi. Entrevistadora: Silmara Helena Pereira de Paula. AGOSTO/2015. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Docência no Ensino Superior.

Estudioso da área de Comunicação Pública, o jornalista e relações-públicas Jorge Duarte ao ser indagado sobre como o distanciamento das universidades em relação à Comunicação Pública impacta na gestão da comunicação em instituições públicas, ele respondeu:

“Parece-me um pouco como há alguns anos quando as faculdades recusavam-se a incluir disciplinas de assessoria de imprensa nas grades, mesmo que a maior parte dos egressos fosse para esse mercado. Nas décadas de 1980 e 1990 isto ocorria, com alguma mudança mais recente. As universidades, parece-me, são um tanto lentas para incorporar as inovações e as transformações do mercado profissional e até mesmo da teoria. Comunicação pública e até mesmo governamental deveria fazer parte do currículo. Isto não ajudaria apenas a quem fosse trabalhar em governo, mas também para o comunicador entender como funciona o governo e melhor exercer sua cidadania.” (¹³JORGE DUARTE)

4. Capítulo III- Comunicação Pública e Cidadania

O conceito de Comunicação Pública foi tratado na América Latina e inclusive no Brasil assimilou, ¹⁴segundo Elizabeth Brandão, o “ideal histórico da Comunicação, quase quixotesco” e, ainda que tenha havia uma “desideologização” em meados da

¹³ DUARTE, Jorge. Entrevistadora: Silmara Helena Pereira de Paula. AGOSTO/2015. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Docência no Ensino Superior.

¹⁴ BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In:DUARTE, Jorge (ORG). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo, Atlas, 2009.

década de 80, como cita Marques de Melo, e transformações pouco radicais na prática da Comunicação no âmbito de Estado, a sociedade organizada amadureceu e fortaleceu as reivindicações por uma comunicação mais democrática.

“Busca-se uma comunicação mais democrática, muito mais participativa e autóctone do que se pretendeu naqueles anos e que seja capaz de reconhecer o papel decisivo e protagonista das populações, sua autonomia e a defesa para produzir sua própria informação, de acordo com sua história, costume, com seu cotidiano e sua estética.” (BRANDÃO, p.21)

O avanço da pauta dos movimentos sociais pela democratização da comunicação também começa a impactar as relações comunicativas entre o Estado e os cidadãos. Exige uma nova visão, capaz de tornar mais transparente e acessível as informações de forma a fazer prevalecer o “diálogo” e a ampliar as possibilidades de participação nas decisões do governo.

Portanto, a Comunicação Pública Governamental deve, a partir deste olhar, desenvolver-se de maneira a atender a expectativa das pessoas de tornarem a sua ação como cidadãos mais evidente e perceptível a quem está no exercício do Poder.

“Canais de comunicação colaboram para a manutenção do bom funcionamento do mecanismo da representação, pois são capazes de estimular a participação (em oposição à passividade) dos cidadãos e solidificar uma cultura democrática e flexível (em vez de autoritária e dogmática) nas classes políticas, incentivando o diálogo entre representantes e representados.” (15DUARTE, p. 101)

Segundo Norberto Bobbio, existem, pelo menos, três formas de participação política: a designada pelo termo presença, caracterizada por comportamentos pouco intensos, basicamente receptivos, sem contribuição pessoal do indivíduo; a segunda é a ativação, quando a pessoa realiza atividades que lhe foram delegadas, dentro ou fora de uma organização política; por fim, o terceiro tipo é a participação propriamente dita, onde o sujeito contribui direta ou indiretamente, por meio de um

¹⁵ DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e Cidadania. In: In:DUARTE, Jorge (ORG). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo, Atlas, 2009

representante, para uma decisão política. (¹⁶BOBBIO apud, Glossário de Relações Públicas Governamentais p.28).

A liberdade de expressão e a garantia do direito à informação estão expressos na ¹⁷Constituição Brasileira em seu artigo 5º e presentes em artigos da ¹⁸Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, desde 1789, entre os quais no 11º: “A livre comunicação das idéias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos dessa liberdade, nos termos previstos na lei.”

No documento divulgado pelo ¹⁹Coletivo Intervozes, nos quais, o grupo elenca as ações e políticas necessárias à efetivação da Comunicação como Direito Humano, aponta a função de Estados e municípios neste contexto:

“Estados e municípios devem se constituir como parte ativa no desenvolvimento de políticas de comunicação que tenham como objetivo: (1) fomentar a comunicação como ferramenta de democratização da gestão pública; (2) garantir a transparência na gestão e o acesso dos cidadãos e cidadãs a todas as informações necessárias para o pleno exercício da cidadania; (3) integrar as ações e políticas de comunicação às demais políticas públicas, de forma a constituir arranjos que contribuam para o fortalecimento de políticas integradas; (4) potencializar a apropriação dos meios de comunicação e o exercício do direito humano à comunicação pelos cidadãos e cidadãs locais; (5) contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação na localidade; e (6) fortalecer os instrumentos de participação popular para definição, monitoramento e avaliação das políticas de comunicação.” (COLETIVO INTERVOZES, p.3 e 4)

¹⁶ GLOSSÁRIO DE RELAÇÕES PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS. Centro Universitário de Brasília. Instituto de Ciências Aplicadas- Comunicação Social/Relações-Públicas. Disciplinas: Relações Públicas Governamentais. Professor: Jorge Duarte. Brasília. Junho/2002.

¹⁷ **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

¹⁸ **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO:**

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>

¹⁹ INTERVOZES. COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Plataforma Intervozes pela Efetivação do Direito Humano à Comunicação no Brasil.

5.Comunicação Pública e Mercado de Trabalho

A exigência da sociedade por mais transparência na relação com o Poder Público e a crescente preocupação dos governos em atender a esta necessidade de diálogo com o público, aliado à crise por que passa a imprensa brasileira com o aumento considerável das demissões no setor, transformaram o setor público em mercado promissor para os jornalistas.

Enquete feita pelo ²⁰Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) com o tema “Quem é o jornalista brasileiro? já apontava no ano de 2012 que 40% dos jornalistas empregados atuavam fora da mídia, em atividades como assessoria de imprensa ou comunicação ou outras ações que utilizavam o conhecimento jornalístico. Desses, cerca de 1/3 trabalhavam em empresas ou órgãos públicos.

Profissionais que trabalham em órgãos públicos no Estado de São Paulo e que responderam a um questionário elaborado para este relatório de pesquisa afirmaram acreditar que o setor público seja um mercado de trabalho promissor para o jornalista. A checagem não pode ser considerada uma amostra científica devido ao baixo número de consultas, mas, considerando a experiência dos jornalistas na área, pode apontar uma tendência a ser confirmada em estudos futuros.

Também chama a atenção nas respostas o fato de 90% dos jornalistas confirmarem que não tiveram qualquer aprendizado sobre Comunicação Pública Governamental antes de trabalharem no setor público e 70% afirmarem que as faculdades não oferecem conteúdo suficiente sobre a área.

Outro dado relevante é maioria esmagadora dos jornalistas afirmaram que sentem necessidade de saber mais sobre Comunicação Pública Governamental e a obtenção de mais conhecimento sobre o tema seria fundamental para aprimorar a prática profissional.

Portanto, jornalistas sentem falta de aprofundar o estudo e o aprendizado sobre Comunicação Pública Governamental e em entrevista com o especialista Cássio Politi da empresa Tracto é possível relacionar a falta de conhecimento com práticas pouco criativas e eficazes dos jornalistas responsáveis pelas assessorias de comunicação no setor público.

²⁰ QUEM É O JORNALISTA BRASILEIRO? Perfil da Profissão no País. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). 2012

Ao responder a questão: Como você avalia o desempenho dos profissionais de comunicação, principalmente, jornalistas no atendimento das demandas da comunicação pública governamental?, ²¹Cássio Politi afirmou:

“Vejo os profissionais de comunicação mais como executores de tarefas do que estrategistas de comunicação. Em geral, são bons executores. Ou seja, produzem com dedicação e competência as atividades ligadas a comunicação institucional, mas falta uma visão de planejamento e de busca de alternativas. A inovação normalmente acontece porque alguém inovou e sinalizou a existência de um caminho, e não porque há muita gente buscando inovar. Veja o caso da Prefeitura de Curitiba. Ela inovou na forma de dialogar com o público. O que acontece agora? Outras instituições fazem o mesmo e acham que estão inovando. Na verdade, estão copiando. Seria interessante se mais gente buscasse mais formatos diferenciados. Falta isso ao setor público. Nesse aspecto, a iniciativa privada arrisca muito mais.” (CÁSSIO POLITTI)

Ele também acredita em uma deficiência no processo de aprendizado sobre Comunicação Pública nas faculdades:

“Sim, percebo muita deficiência na formação dos profissionais não apenas em relação a instituições públicas, mas ao mercado em geral. Há um distanciamento enorme entre academia e mercado, e isso é ruim para os dois. A causa do problema está no radicalismo dos dois lados: um excessivamente teórico, e o outro, o inverso. Uma aproximação seria benéfica para ambos, com pesquisas apoiando o mercado e vice-versa, mas não vejo nenhum movimento nesse sentido. Conclusão: todos saem perdendo.” (CASSIO POLITI)

6. Referencial teórico

As análises conceituais expressas neste trabalho foram baseadas em uma ampla pesquisa bibliográfica que considerou as reflexões e as conclusões de autores e obras

²¹ POLITI, Cássio. Entrevistadora: Silmara Helena Pereira de Paula. AGOSTO/2015. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Docência no Ensino Superior.

de referência na área de Comunicação Pública Governamental. Traz citações de acadêmicos como Bernardo Kucinski, Heloiza Mattos, Elizabeth Pazito Brandão e Jorge Duarte e um dos principais pensadores do tema: Pierre Zamour. Também traz as contribuições do Interozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social sobre as condições para consolidação do Direito à Comunicação.

No aspecto pedagógico, procurou atender aos objetivos propostos na aula 1 – Atualização e Contextualização Temática para a elaboração de um relatório temático de pesquisa, alinhando à estratégia de levantamento de informações, à seleção bibliográfica e à análise política do tema: “a pesquisa, por sua vez, ultrapassou o conceito anterior de acumulação de dados, de informação, para alcançar o status de possibilidades de emancipação.” (22 DEMO, 2007, apud Pesquisa Temática e as etapas do relatório de pesquisa p.2).

Outro aspecto considerado para elaboração deste relatório e que também embasou as reflexões sobre o currículos dos cursos de Jornalismo foram as considerações trazidas pela disciplina Fundamentos do Ensino Superior, especialmente, no texto ²³ *O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um design contemporâneo*.

“Para o contexto atual, urge um currículo que desenvolva a capacidade do pensamento crítico, da reflexão e da reconstrução da própria gênese histórica do currículo, das teorias e da prática da profissão, reconhecendo que as escolhas (pessoais e profissionais) são sempre carregadas de valores. Por isso, tanto o currículo quanto seus fundamentos devem ser históricos e críticos. Desenvolver habilidades de pesquisar a própria prática, confrontá-la com as produções teóricas, redimensionando tanto a prática em si quanto a teoria, num movimento dialógico e contínuo, no qual se produz a prática profissional, parece ser a tônica para uma formação profissional consciente”. (GESSER (2011); RANGHETTI (2011) p.4)

Portanto, a proposta de inclusão de uma nova disciplina no currículo do curso de Jornalismo está inserida nesta idéia de que o currículo precisa ser “flexível” capaz de

²² DINIZ, Idelta Bianca de Souza. Pesquisa Temática e as etapas do relatório de pesquisa. In: Atualização e Contextualização Temática.

²³ GESSER, Verônica. RANGHETTI, Diva Spezia. O currículo no Ensino Superior: Princípios Epistemológicos para um design Contemporâneo. In: HARDAGH, Claudia Coelho. Fundamentos da Educação Superior. In: Paradigmas da Educação Superior do Século XXI no Brasil.

se adaptar à atualização do conhecimento teórico e prática para aperfeiçoar o exercício da profissão.

Seguindo as orientações de elaboração de um relatório de pesquisa, este TCC traz os elementos técnicos da pesquisa para sustentar a hipótese de criação de uma nova disciplina para o curso de Jornalismo a fim de suprir a deficiência de aprendizado identificada na graduação. Baseia a proposta na necessidade constante de renovação dos currículos do ensino superior.

As exigências impostas pela sociedade para a melhoria do currículo impactam na atividade docente e por isso exige do professor capacidade para desenvolver as habilidades profissionais de seus alunos. O professor precisa estar atento à realidade a fim de propor atividades pedagógicas que proporcionem experiências úteis e substanciais aos estudantes e os permitam atuar de maneira qualitativa na área escolhida.

O professor portanto necessita fundamentar sua prática nos saberes da docência – saberes científicos, pedagógicos e experienciais – os quais, em diálogo com os desafios do cotidiano, sustentam e possibilitam o desenvolvimento da identidade de um profissional reflexivo, crítico e pesquisador, articulado a contextos mais amplos, considerando o ensino como uma prática social.” (24GRILLO; GESSINGER p. 38)

Por fim, o plano de ensino proposto tem como meta formar profissionais não somente capazes de exercer sua profissão como também de transformar a realidade em que vivem.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aqui apresentado não esgota as reflexões e análises sobre o currículo dos cursos de Jornalismo, principalmente, se

²⁴ GESSINGER, Rosana Maria; GRILLO, Marlene Correro. Constituição da identidade profissional, saberes docentes e prática reflexiva. In: SEMENTILLE, Maria Olinda Gottsfritz. Identidade Profissional Docente.

considerarmos que o currículo e os planos de ensino que se desdobram a partir dos seus princípios orientadores estão em constante mutação.

Este relatório aponta para a necessidade de atualização da prática pedagógica dos cursos de Jornalismo a partir da inclusão da disciplina Comunicação Pública Governamental na grade curricular dos cursos de graduação, considerando a importância e o impacto do tema sobre a sociedade.

A defesa desta inserção parte do princípio que há uma lacuna de aprendizado sobre o tema das faculdades – problema que o relatório identifica na análise dos currículos de universidades brasileiras e em entrevistas com profissionais e especialistas. Todos os depoimentos e opiniões apontam para um mercado crescente que não encontra respaldo de conhecimento científico nas faculdades e dificulta a atuação profissional.

Paralelamente, coloca o trabalho de comunicação no setor público numa condição inferiorizada diante de outros conteúdos obrigatórios propostos para o curso, limitando o desenvolvimento deste campo que já se mostrou fundamental para a construção de uma nova prática comunicacional. Prática essa voltada à formação não apenas de profissionais mais críticos e conhecedores do funcionamento das estruturas do serviço público como de cidadãos mais participativos e ativos em seu papel de fiscalizadores do Estado.

Está posto o desafio.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de Comunicação Pública**. In: DUARTE, Jorge (ORG). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo, Atlas, 2009.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>

DINIZ, Idelta Bianca de Souza. **Pesquisa Temática e as etapas do relatório de pesquisa**. In: Atualização e Contextualização Temática.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO.

Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009)

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo. Atlas, 2009.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. **Comunicação e Cidadania**. In: In: DUARTE, Jorge (ORG). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo, Atlas, 2009

GESSER, Verônica. RANGHETTI, Diva Spezia. **O currículo no Ensino Superior: Princípios Epistemológicos para um design Contemporâneo**. In: HARDAGH, Claudia Coelho. Fundamentos da Educação Superior. In: Paradigmas da Educação Superior do Século XXI no Brasil.

GLOSSÁRIO DE RELAÇÕES PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS. Centro Universitário de Brasília. Instituto de Ciências Aplicadas- Comunicação Social/Relações-Públicas. Disciplinas: Relações Públicas Governamentais. Professor: Jorge Duarte. Brasília. Junho/2002.

INTERVOZES -COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Plataforma

Intervozes pela Efetivação do Direito Humano à Comunicação no Brasil. intervozes.org.br/publicacoes/plataforma-do-intervozes-para-a-efetivacao-do-direito-humano-a-comunicacao-no-brasil/

KUCINSKI, Bernardo. Apresentação. In: DUARTE, Jorge (ORG). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo, Atlas, 2009.

QUEM É O JORNALISTA BRASILEIRO? Perfil da Profissão no País.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). 2012

Universidade de Brasília (UNB): www.unb.br

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):

https://www.ufpe.br/proacad/images/cursos_ufpe/jornalismo_perfil_9605.pdf

Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS):

http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=313

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ):

http://www.aconteceh.uerj.br/fcs2013/?page_id=568

Universidade de São Paulo (USP). Grade Curricular de Jornalismo (matutino).
<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=27&codcur=27011&codhab=402&tipo=N>